



**Serviço de Apoio às Micro e Pequenas
Empresas de Rondônia - SEBRAE/RO**

Demonstrações financeiras intermediárias
em 31 de março de 2018.



Conteúdo

Balancos patrimoniais	3
Demonstrações dos resultados	4
Demonstrações dos resultados abrangentes	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstração dos fluxos de caixa	7
Balanco orçamentário	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9



Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia - SEBRAE/RO

Balancos patrimoniais

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/03/2018	31/12/2017	Passivo	Nota	31/03/2018	31/12/2017
Ativo circulante				Passivo circulante			
Caixa e Equivalentes de caixa	4	25	17	Empréstimos e Financiamentos		-	-
Aplicações financeiras temporárias	4	6.115	2.338	Remunerações e Encargos	13	276	8
Créditos a receber	5	288	452	Obrigações Tributárias	14	155	132
Numerários vinculados a programas e projetos	6	959	980	Obrigações com convênios e contratos	15	374	393
Adiantamentos Concedidos	7	251	183	Obrigações trabalhistas	16	1.677	2.286
Convênios a executar	8	9	9	Contas a Pagar	17	232	261
Créditos com o Sistema SEBRAE	9	2.460	5.609	Obrigações com o Sistema SEBRAE	9	235	1.044
Outros Créditos		45	37				
Total do ativo circulante		<u>10.152</u>	<u>9.625</u>	Total do passivo circulante		<u>2.949</u>	<u>4.124</u>
Ativo não circulante				Passivo não circulante			
Créditos com o Sistema SEBRAE		-	-	Provisões	10	324	183
Depósitos realizáveis	10	132	121	Total do passivo não circulante		<u>324</u>	<u>183</u>
Aplicações financeiras	11	14.647	14.423				
Outros créditos		-	-	Total do passivo exigível		<u>3.273</u>	<u>4.307</u>
Investimento		-	-	Patrimônio líquido	18		
Imobilizado	12	13.592	13.488	Superávits acumulados		22.958	24.666
Intangível		-	-	Superávit(déficit) do período / exercício		1.899	(1.724)
Total do ativo não circulante		<u>28.371</u>	<u>28.032</u>	Ajuste de avaliação patrimonial		10.352	10.367
				Reserva de subvenção		41	41
				Total do patrimônio líquido		<u>35.250</u>	<u>33.350</u>
Total do ativo		<u>38.523</u>	<u>37.657</u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>38.523</u>	<u>37.657</u>

Roseane Camurça da Silva
Roseane Camurça da Silva
CRC/RO – 5386/O-8

DIRETORES

Valdemar Camata Junior
Carlos Berti Niemeyer
Samuel da Silva Almeida

3



Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia - SEBRAE/RO

Demonstrações dos resultados

Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Receitas			
Contribuição social líquida (CSO/CSN)	19	9.001	7.741
Receitas empresas beneficiadas	20	198	189
Receitas de convênios, Subvenções e auxílios financeiros	21	46	114
Outras receitas operacionais	22	130	166
Total das Receitas		<u>9.375</u>	<u>8.210</u>
Despesas			
Pessoal, encargos e benefícios sociais	23	(3.883)	(4.528)
Serviços profissionais e contratados	24	(2.209)	(1.604)
Custos e despesas de operacionalização	25	(1.356)	(1.516)
Encargos diversos	26	(36)	(42)
Despesas com transferências e com programas e convênios	27	-	-
Despesas com provisões	28	(140)	(4)
Depreciação e amortização		(149)	(159)
Outras despesas operacionais		-	(65)
Total de Despesas		<u>(7.773)</u>	<u>(7.918)</u>
Superávit antes do Resultado Financeiro Líquido		<u>1.602</u>	<u>292</u>
Resultado Financeiro Líquido (receita financeira/variações)	29	<u>297</u>	<u>567</u>
Superávit (déficit) do período		<u>1.899</u>	<u>859</u>

Roseane Camurça da Silva
Roseane Camurça da Silva
CRC/RO - 5386/O-8

DIRETORES

Valdemar Camata Junior
Carlos Berti Niemeyer
Samuel da Silva Almeida



Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia - SEBRAE/RO

Demonstração do resultado abrangente

Período de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Superávit (déficit) do período	<u>1.899</u>	<u>859</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<u>1.899</u>	<u>859</u>

Roseane Camurça da Silva
Roseane Camurça da Silva
CRC/RO - 5386/O-8

DIRETORES

Valdemar Camata Junior
Carlos Berti Niemeyer
Samuel da Silva Almeida



Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia - SEBRAE/RO

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Período de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Superávit (déficit) acumulado	Superávit (déficit) do período	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de subvenção	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2017	<u>24.605</u>		<u>10.428</u>	<u>41</u>	<u>35.074</u>
Incorporação do superávit(déficit) do exercício anterior				-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	15	-	15	-	
Superávit (déficit) do período	859			-	859
Saldo em 31 de março de 2017	<u>25.479</u>	<u>-</u>	<u>10.413</u>	<u>41</u>	<u>35.933</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2018	24.667	(1.724)	10.367	41	33.351
Incorporação do superávit (déficit) do exercício anterior	(1.724)	1.724	-	-	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	15	-	(15)	-	-
Superávit (Déficit) do período		1.899	-	-	1.899
Saldo em 31 de março de 2018	<u>22.958</u>	<u>1.899</u>	<u>10.352</u>	<u>41</u>	<u>35.250</u>

Roseane Camurça da Silva
Roseane Camurça da Silva
CRC/RO – 5386/O-8

DIRETORES

Valdemar Camata Junior
Carlos Berti Niemeyer
Samuel da Silva Almeida



Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia - SEBRAE/RO

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto
Para os períodos de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/03/2018	31/03/2017
Resultado do período	1.899	859
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	149	159
Baixa de bens	1	-
Provisões Circulantes	-	-
Provisões não circulantes	141	(17)
	<u>2.190</u>	<u>1.001</u>
Redução (aumento) nos ativos:		
Creditos a receber	164	4
Numerários vinculados a convênios e programas	22	(955)
Adiantamentos Concedidos	(69)	117
Transações com convênios a executar	-	156
Créditos com o Sistema SEBRAE	3.149	9.009
Depósitos realizáveis a longo prazo	(11)	32
Outros créditos não circulantes	(8)	
	<u>3.247</u>	<u>8.363</u>
Aumento (redução) nos passivos:		
Remuneração e Encargos	267	-
Obrigações Tributárias	23	(126)
Obrigações com convênios e contratos	(18)	3
Contas a pagar	(29)	(174)
Obrigações trabalhistas	(608)	(502)
Obrigações com o Sistema SEBRAE	(809)	835
	<u>(1.174)</u>	<u>36</u>
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais	<u>4.263</u>	<u>9.400</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Adições ao ativo imobilizado	(254)	
Aplicações financeiras em fundos de investimento	(224)	(5.345)
Resgates financeiros em fundos de investimento		-
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades de investimento	<u>(478)</u>	<u>(5.345)</u>
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>3.785</u>	<u>4.055</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	6.140	6.943
(-) Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.355	2.888
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>3.785</u>	<u>4.055</u>

Roseane Camurça da Silva
Roseane Camurça da Silva
CRC/RO – 5386/O-8

DIRETORES
Valdemar Camata Junior
Carlos Berti Niemeyer
Samuel da Silva Almeida



Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia - SEBRAE/RO

Balanco Orçamentário

Período de três meses findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

Receitas	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual		% (c/b)	% (c/a)	Despesas	Execução Período Anterior (a)	Ano Atual		% (c/b)	% (c/a)
		Previsão Original (b)	Execução (c)					Previsão Original (b)	Execução (c)		
Receitas Correntes						Despesas Correntes					
Contribuição Social Ordinária-CSO	7.362	29.489	8.426	28,57%	14,45%	Pessoal, Encargos e Benefícios	4.528	17.351	3.883	22,38%	-14,24%
Contribuição Social Nacional-CSN	379	5.567	575	10,33%	51,72%	Serviços Profissionais e Contratados	1.604	13.025	2.209	16,96%	37,70%
Convênios (Parceiros + Sebrae/NA)	114	584	46	7,88%	-59,65%	Demais Despesas Operacionais	1.516	7.878	1.356	17,21%	-10,56%
Aplicações Financeiras	573	2.000	305	15,25%	-46,77%	Encargos Diversos	48	178	43	24,41%	-9,60%
Empresas Beneficiadas	189	1.616	198	12,25%	4,76%	Transferências (Parceiros)	-	53	0	0,00%	0,00%
Outras Receitas	26	70	45	64,29%	73,08%						
Total Receitas Correntes	8.643	39.326	9.595	24,40%	11,01%	Total Despesas Correntes	7.696	38.485	7.491	19,47%	-2,66%
Déficit Corrente						Superávit Corrente	947		2.104		
Receitas de Capital						Despesas de Capital					
Alienação de Bens	-	-	-	0,00%	0,00%	Investimentos / Outros	- 12	430	272	63,26%	-2366,67%
Operações de Crédito	-	-	-	0,00%	0,00%	Amortização de Empréstimos	-	-	-	0,00%	0,00%
Total Receitas Capital	-	-	-	-	0,00%	Total Despesas Capital	- 12	430	272	63,26%	-2366,67%
Saldo de Exercícios Anteriores	-	500	-	0,00%	0,00%	Fundo de Reserva	-	910	-	0,00%	0,00%
Receitas Totais	8.643	39.826	9.595	24,09%	11,01%	Despesas Totais	7.684	39.825	7.763	19,49%	0,00%
Déficit Total						Superávit Total	959		1.832		
Total Geral	8.643	39.826	9.595	24,09%	11,01%	Total Geral	8.643	39.825	9.595	24,09%	11,01%

Roseane Camurça da Silva
Roseane Camurça da Silva
CRC/RO – 5386/O-8

DIRETORES
Valdemar Camata Junior
Carlos Berti Niemeyer
Samuel da Silva Almeida



Notas explicativas às demonstrações financeiras

(em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de Rondônia – SEBRAE/RO é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituído sob a forma de Serviço social autônomo, regulada por estatuto, tendo por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, em consonância com as políticas nacionais de desenvolvimento.

A Sede da Entidade está localizada à Avenida Campos Sales, 3.421, Olaria, município de Porto Velho, Estado de Rondônia.

O âmbito de atuação do SEBRAE/RO constitui-se no apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado de Rondônia, com vistas à melhoria do seu resultado e ao fortalecimento do seu papel social.

O SEBRAE/RO recebe recursos oriundos do SEBRAE/Nacional que é o responsável pelos repasses de recursos aos Estados e Distrito Federal para manutenção de suas atividades e projetos, conforme a Lei nº 8.154, de 28 de dezembro de 1990, mediante contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no País. Para manutenção de suas atividades poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços ligados aos seus objetivos, sendo os resultados auferidos aplicados integralmente na manutenção das atividades. As unidades do Sistema SEBRAE dos Estados e do Distrito Federal têm autonomia financeira, administrativa e contábil, sendo constituídos como entidades juridicamente autônomas.

A Entidade tem como associados:

- 1) Banco da Amazônia S/A;
- 2) Banco do Brasil S/A;
- 3) Caixa Econômica Federal;
- 4) Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia – FAPERON;
- 5) Federação das Associações Comerciais do Estado de Rondônia – FACER;
- 6) Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas – FCDL;
- 7) Federação do Comércio do Estado de Rondônia – FECOMÉRCIO;
- 8) Federação das Entidade de Micro e Pequenas Empresas de Rondônia – FEEMPI;
- 9) Federação das Indústrias do Estado de Rondônia – FIERO;
- 10) Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização Fundiária – SEAGRI;
- 11) Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE/NA;
- 12) Secretaria de Estado do Planejamento Orçamento e Gestão – SEPOG; e
- 13) Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR



O SEBRAE/RO é uma entidade isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Lei nº 9.532/97, art. 15 § 1º), por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços sociais autônomos para os quais foi instituída.

Considera-se Entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (art. 15, § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, art. 10).

Com relação à tributação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, o inciso X do art. 14 e o inciso VI do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/2001 determinam que as receitas da atividade própria são isentas para serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei.

A Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), por meio do art. 47 da Instrução Normativa da nº 247/2002, definiu o conceito de receitas da atividade própria, como sendo as derivadas das atividades próprias somente àquelas decorrentes de contribuições, doações, anuidades ou mensalidades fixadas por lei, assembleia ou estatuto, recebidas de associados ou mantenedores, sem caráter contraprestacional direto, destinadas ao seu custeio e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Além de parecer do tributarista Dr. Roque Carrazza, que concluiu estar o Sebrae sob a égide constitucional da imunidade tributária, a 13ª Vara Federal de Porto Alegre, em resposta a uma ação ordinária impetrada por uma unidade regional integrante do Sistema SEBRAE, expediu despacho/decisão de 1ª instância, de que o art. 47 da referida IN é ilegal, e portanto, não restringe a isenção da Cofins de que trata a MP nº 2.158-35/2001. Essa decisão do Poder Judiciário Federal encontra-se atualmente vigente até a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

Mesmo que a decisão judicial supracitada venha a não se perpetuar ao longo do trâmite judicial nas instâncias superiores, esta administração entende que a Entidade se enquadraria no regime não-cumulativo, segundo o disposto no art. 1º da Lei nº 10.833/2003. De acordo com esse regime, nenhuma obrigação seria devida pela Entidade considerando que os gastos diretos aplicados aos projetos superam as respectivas receitas de serviços.

Com relação à tributação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN sobre as receitas de empresas beneficiadas auferidas, de acordo com avaliações internas da Administração da Entidade, não são esperados efeitos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Entidade. O SEBRAE em Rondônia possui imunidade tributária de impostos municipais da sede e do escritórios regionais.

2. Base de apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declarações de conformidade e base de mensuração

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreende as Normas Brasileiras de Contabilidade (coletivamente “NBC TG”) emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade. (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de classe de ativo imobilizado de terrenos e edificações que foram avaliados ao valor justo (custo atribuído) na data da adoção inicial do Pronunciamento Técnico nº 27, instrumentos financeiros classificados como



caixa e equivalentes de caixa e o ativo atuarial da parcela de benefício definido do Plano Previdenciário patrocinado pela Entidade.

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade.

A Diretoria Executiva da Entidade aprovou a emissão destas demonstrações financeiras em 18 de abril de 2018.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 5), revisão da vida útil sobre o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 12), provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota Explicativa nº 10) e os ativos, passivos e premissas de aposentadoria relativas a planos de benefícios pós-emprego (Nota Explicativa nº 29). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização.

a. Premissas de cálculos atuariais sobre o plano de benefícios de risco pós-emprego

O valor atual de obrigações de benefícios de risco a empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para o plano, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações do plano.

A Entidade determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações do plano. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Entidade considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

3. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas foram aplicadas de forma consistente com todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, a menos quando divulgado de forma diversa.

a. Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência.

As receitas de contribuição Social Ordinária - CSO são relacionadas com as transferências periódicas do SEBRAE Nacional para a Entidade, cujo registro é efetuado a partir do momento em que o direito ocorre, sendo normalmente recebida no mês seguinte ao de sua competência (Nota Explicativa nº 9).



Essas receitas são relacionadas às transferências sistêmicas e periódicas da Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB originadas do Instituto Nacional da Seguridade Social – INSS (Lei nº 8.154 de 28 de dezembro de 1990 - contribuição parafiscal das empresas privadas instaladas no país) ao SEBRAE Nacional, que por sua vez repassa os recursos às Unidades regionais do Sistema SEBRAE.

As receitas de Contribuição do Nacional – CSN são relacionadas à execução dos projetos eleitos para o exercício e apropriada a partir da execução dos Projetos. (Nota Explicativa nº 9).

As receitas de convênio com parceiros são apropriadas de acordo com a execução das despesas correlatas aos respectivos convênios de origem (Nota Explicativa nº 21).

As receitas de empresas beneficiadas são reconhecidas quando da efetiva prestação do serviço (Nota Explicativa nº 20).

b. Instrumentos financeiros não derivativos

i. Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados.

Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentadas pela Entidade. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem o contas a receber e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.



Numerários vinculados a convênios e programas não compõem este grupo contábil. (Nota Explicativa nº 6)

ii. Passivos financeiros não derivativos

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurado pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros. (Nota Explicativa nº 17)

iii. Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada, data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

c. Classificação entre Circulante e Não circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações financeiras são considerados como não circulantes.

d. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulado.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo. (Nota Explicativa nº 12)



Terrenos e edifícios em uso foram mensurados ao valor justo quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 (custo atribuído)

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada dos bens. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edifícios	4% ao ano
Máquinas e equipamentos	10% ao ano
Utensílios e acessórios	10% ao ano
Equipamentos de informática	20% ao ano
Veículos	20% ao ano

e. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*)

Os ativos não financeiros, incluindo o ativo imobilizado e o intangível, são revistos para se identificar perdas não recuperáveis sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando aplicável, a perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. (Nota Explicativa nº 12)

f. Provisões

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado, seja provável que para a solução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação passa a ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revista e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados, de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 e



consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos. (Nota Explicativa nº 10)

g. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (Nota Explicativa nº 30)

Benefícios pós-emprego

O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rondônia – SEBRAE/RO é um dos patrocinadores solidários do plano de benefícios SEBRAEPREV, administrado e executado pelo SEBRAE Previdência – Instituto SEBRAE de Seguridade Social. O plano possui características de contribuição definida cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quanto incorridas, exceto pelo risco vinculado a projeção de contribuições em caso de invalidez ou morte. Essa parcela de risco gera a obrigação atuarial de benefício pós-emprego sob a qual o SEBRAE/RO reconhece uma despesa de benefícios a empregados no resultado de cada exercício durante a carreira ativa de sua população.

Para apurar o valor da obrigação atuarial relativo aos benefícios de risco, o SEBRAE/RO contrata anualmente um atuário qualificado. (Nota Explicativa nº 30)

h. Subvenção e assistência governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e que a Entidade irá cumprir as condições associadas com a subvenção, e são reconhecidas no resultado como; receita de convênios, e subvenções e auxílios e outras receitas em uma base sistemática no período de vida útil do ativo (Nota Explicativa nº 21).

i. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As novas normas e alterações previstas para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018: NBC TG 47 – Receita de contrato com clientes; NBC TG 48 Instrumentos Financeiros e Contratos de Arrendamento para 2019.

Com base em avaliação preliminar a entidade não espera impactos significativos no reconhecimento da receita de serviços no que se refere à NBC TG 47, como também no reconhecimento de seus instrumentos financeiros conforme NBC TG 48,

Desta forma, a entidade revisará seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração dos itens sujeitos às alterações correspondentes.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.



j. Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 31).

k. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em bases mensais (Informações adicionais estão divulgadas na Nota Explicativa nº 10).

l. Depreciação de ativos tangíveis

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxas anuais variáveis de 4% a 20%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis (Nota Explicativa nº 12).

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Contas Bancárias (i)	25	17
Aplicações Financeiras (ii)	6.115	2.338
Total	6.140	2.355

(i) São disponibilidades imediatas em contas - correntes bancárias, cuja posição, no exercício findo em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro 2017, se encontra a seguir descrita:



Bancos	31/03/2018	31/12/2017
Banco do Brasil S/A	25	17
Caixa Econômica Federal	-	-
Total	25	17

(ii) Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado abaixo:

Bancos	Modalidade do fundo	31/03/2018	31/12/2017
Banco do Brasil S/A	BB renda Fixa CP Corporativo 400 mil	5.150	942
Caixa Econômica Federal	CEF FI SEBRAE Renda Fixa LP	1.200	1.396
CSN	Ajuste na Disponibilidade	(235)	-
Total		6.115	2.338

Todas as aplicações financeiras são classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado. As aplicações em fundos são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado.

5. Créditos a receber

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Créditos a receber (i)	7	25
Cheques e cartão (ii)	281	442
(-) Provisão para Crédito de Liquidação (iii)	-	(15)
Total	288	452

- i. Créditos a receber referente a operações de venda de produtos e cursos.
- ii. Refere-se a Cheques e Cartão com possibilidades de recebimentos com processos iniciados através das venda de produtos e cursos.
- iii. Provisão constituída com base na expectativa de não recebimento financeiro.

6. Numerários vinculados a convênios e programas

Bancos	31/03/2018	31/12/2017
C/C 129.973-5 CONV. CAFÉ SUDER	108	263
C/C 129.136-X CONV. MIRAELLA	122	188
C/C 129.974-3 CONV. CAFÉ SEAGRI	320	354
C/C 79.696-4 CONV. PREF. COLORADO D OESTE	12	15
C/C 79.697-2 CONV. PREF. VILHENA	20	20
C/C 80.461-4 CONV. PREF. CACOAL	142	140
RECURSOS VINCULADOS A CSN	235	-
Total	959	980

Correspondem a Recursos Financeiros vinculados aos Programas, projetos e convênios cuja execução é do **SEBRAE/RO**, e que são apresentados separadamente da rubrica “Caixa e Equivalentes de Caixas”, pois não constituem disponibilidade para a manutenção dos processos administrativos e



operacionais da Entidade, conforme pronunciamento técnico CPC 03. Os saldos das contas vinculadas compreendem a soma dos aportes financeiros de parceiros e a contrapartida do próprio SEBRAE/RO. A utilização de conta única para movimentação e aporte financeiro é prevista nos contratos dos convênios. As obrigações com parceiros em face dos depósitos recebidos são registradas na rubrica “Obrigações com Convênios e Contratos”, e detalhada na Nota Explicativa nº 15.

7. Adiantamentos Concedidos

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Adiantamentos a Funcionários	251	183
Adiantamento a Fornecedores	-	-
Outros Adiantamentos	-	-
Total	251	183

8. Convênios a Executar

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Convênio nº 002/13 – UNIESA	150	150
Convênio nº 005/13 – CATÓLICA	148	148
Convênio nº 001/15 – SENAR – RO	84	84
(-) Execuções	(250)	(250)
(-) Retornos de valores	(123)	(123)
Total	9	9

9. Transações com partes relacionadas

São definidos como partes relacionadas os seguintes entes:

- Créditos com o sistema SEBRAE
- Obrigações com Sistema SEBRAE
- Pessoal chave da Administração
- Fundo de Previdência Privada (SEBRAEPREV)

As transações com as partes relacionadas estão resumidas conforme a seguir:

Transações com o Sistema SEBRAE

a. Créditos com o Sistema SEBRAE

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Recursos CSO a Receber (i)	2.460	5.142
Recursos de CSN a receber	0	467
Total	2.460	5.609



(i) Nesta rubrica são registrados créditos a receber do SEBRAE/NA, relativo aos recursos de “Contribuições Sociais Ordinárias – CSO”. O saldo remanescente de CSO registrado em dezembro de 2017 será recebido no início do exercício de 2018.

Não há aplicação de juros ou quaisquer ônus sobre os recursos a receber.

b. Obrigações com o Sistema SEBRAE

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
CSN a devolver (i)		1.044
CNS a comprovar	235	
Total	235	1.044

(i) Nesta rubrica são registradas as obrigações com o SEBRAE/NA, relativo aos recursos de “Contribuições Sociais Nacionais – CSN”, recebidos e não aplicados nos projetos específicos a que se destinam. Por ocasião do encerramento do exercício, conforme prevê a IN 37-21, o valor da CSN não utilizado será devolvido ao SEBRAE/NA. O registro mensal da receita CSN é feito com base nas informações do relatório de transferência do Sistema de Monitoramento Estratégico (SME). Ao final do exercício de 2018 os acertos contábeis no SEBRAE/RO e no SEBRAE/NA deverão manter o equilíbrio entre os registros de direito e obrigação entre as partes. As informações do relatório de transferência de CSN do SME serão utilizadas como única fonte de informação para o acerto final do exercício.

c. Transações de resultado

Descrição	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Contribuição Social Ordinária (CSO)	8.426	7.362
Contribuição Social Nacional (CSN)	575	379
Total	9.001	7.741

As transações que afetam o resultado correspondem às contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE/NA, com base na arrecadação do ano anterior acrescido da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

d. Operações com pessoal-chave da Administração

Empréstimos para diretores

A Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Contemplam os membros do Conselho Deliberativo, Fiscal e Diretoria Executiva. De acordo com o art.9º. , inciso VII do Estatuto Social do SEBRAE Nacional e Art. 6º. Do Estatuto Social dos SEBRAE/UF é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos Conselhos Deliberativos e



Fiscal. É competência dos Conselhos Deliberativo Nacional – CDN e Estadual – CDE a definição de remuneração e benefícios da Diretoria Executiva.

A seguir, quadro demonstrativo com valores acumulados de remuneração do pessoal chave da Administração:

Descrição	31/03/2018	31/03/2017
Remuneração	218	194
Benefícios	45	41
Total	263	235

Os valores envolvendo a entidade de previdência complementar – SEBRAEPREV – estão descritos na Nota Explicativa nº 29.

10. Provisões

A seguir demonstramos a composição das obrigações, por natureza, relacionadas aos processos judiciais e administrativos classificados pela assessoria interna do SEBRAE/RO como risco “provável” de perda:

Descrição	Depósitos Judiciais		Provisão	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Riscos Trabalhistas	132	121	226	108
Riscos Administrativos		-	85	62
Atuarial		-	13	13
Total	132	121	324	183

O SEBRAE/RO possui os seguintes valores relativos a processos classificados por nossa assessoria jurídica com probabilidade de perda “possível”, os quais não possuem provisão reconhecida nas demonstrações financeiras:

Descrição	Valor	
	31/03/2018	31/03/2017
Riscos Trabalhistas	133	233
Riscos Cíveis	5	105
Riscos Tributários	1566	1.566
Total	1.704	1.904

11. Aplicações Financeiras de Longo Prazo

Os recursos aplicados são destinados à manutenção operacional e administrativa da Entidade, conforme demonstrado abaixo:



Bancos	Modalidade do fundo	31/03/2018	31/12/2017
CEF	CAIXA FIC SIGMA REF DI	5.504	5.423
CEF	CDB FLEX EMPRESARIAL	9.143	9.000
Total		14.647	14.423

Todas as aplicações financeiras são classificadas como instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado. As aplicações em fundos e CDB Flex são atualizadas com base na cota divulgada em cada mês. O valor justo dos ativos é igual ao valor contábil registrado.

12. Investimento, imobilizado e Intangível.

A seguir a composição do ativo imobilizado para 31 de dezembro de 201 e 31 de março de 2018:

Descrição	Taxa Anual de Depreciação	Saldo em 31/12/2017	Aquisições	Baixas	Saldo em 31/03/2018
Terrenos		9.964			9.964
Edificações	4%	3.891			3.891
Móveis e utensílios	10%	1.620	2	(4)	1.618
Veículos e Assessorios	20%	679			679
Máquinas/equipamentos	10%	710	102		812
Equipamentos de Informática	20%	1.409	149	(6)	1.552
Total do custo		18.273	253	(10)	18.516
Total da depreciação acumulada		(4.785)	(149)	10	(4.924)
Total líquido		13.488	104	-	13.592

13. Remuneração e Encargos

As obrigações correspondem a saldos em aberto a pagar decorrentes de remunerações a empregados e encargos a recolher como segue:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Remuneração a pagar	-	-
Encargos sociais a recolher (i)	276	8
Consignações da Folha de Pagamento	-	-
Total	276	8

(i) A variação refere-se ao pagamento dos encargos sobre folha de pagamento ainda dentro do exercício de 2017.



14. Obrigações Tributárias

As obrigações tributárias correspondem a saldos em aberto a pagar decorrentes obrigações acessórias de retenções de impostos de folha de pagamento dos funcionários, terceiros, serviços e outro como segue:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
IRRF-Folha	83	16
ISS	23	61
INSS-SER- TERC.	19	26
OUTRAS OBRIGAÇÕES	30	29
Total	155	132

15. Obrigações com convênios e contratos

Refere-se a saldos de recursos resultantes de convênios, ainda não utilizados, conforme demonstrativo abaixo:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Convênio nº 129.136-x – Miraella Mais Leite	64	74
Convênio nº 129.973-5 – Projeto café – SUDER	116	113
Convênio nº 79.696-4 – Prefeitura de Colorado D'Oeste	12	15
Convênio nº 79.697-2 – Prefeitura de Vilhena	20	20
Convênio nº 80.461-4 – Prefeitura de Cacoal	22	20
Convênio nº 129.974-3 – Cafeicultura – SEAGRI	141	151
Total	375	393

Os valores a comprovar referem-se a verbas recebidas de parceiros nos respectivos convênios que serão utilizados na execução de projetos. Após a execução e comprovação dos gastos efetuados, esses montantes serão apropriados ao resultado como receitas de convênios e subvenções.

16. Obrigações trabalhistas

Refere-se a provisões de férias e remuneração variável e encargos pertinentes, sendo constituídas em função dos direitos adquiridos pelo quadro funcional, conforme demonstrativo abaixo:

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Obrigações sobre férias e 13º salario	1.511	1.542
Obrigações sobre Remuneração Variável	167	744
Total	1.678	2.286

17. Contas a pagar

A seguir, apresentamos saldo de contas a pagar os fornecedores de materiais e serviços e outras obrigações:



Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Fornecedores	207	237
Adiantamentos de Clientes	-	-
Cauções e Depósitos	25	24
Outras Obrigações	-	-
Total	232	261

18. Patrimônio líquido

Descrição	31/03/2018	31/12/2017
Superávit Acumulado	22.958	24.666
Superávit (déficit) do exercício	1.899	(1.724)
Reservas de Incentivo	41	41
Ajuste Avaliação Patrimonial	10.352	10.367
Total	35.250	33.350

a. Composição do patrimônio líquido

O patrimônio líquido é representado pelos superávits acumulados bem como pelo saldo de ajuste de avaliação patrimonial representado pela mais valia do custo atribuído dos bens do ativo imobilizado quando da adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27, sendo este realizado de acordo com a depreciação dos bens de origem.

b. Superávits acumulados

Refere-se aos resultados apurados em exercícios anteriores.

c. Superávit (Déficit) do exercício

Representa o resultado auferido no exercício social corrente. Após deliberação pela Administração, esses valores são absorvidos pelo patrimônio social da Entidade.

d. Ajustes de avaliações patrimoniais

Em 2010, a administração aplicou, com base no laudo de empresa especializada, o custo atribuído de terrenos e edificações que possuíam seus valores contábeis substancialmente fora dos valores de mercado. O referido laudo de avaliação, realizado com base em 31 de dezembro de 2010, determinou o seu valor justo em 1º de janeiro de 2010, conforme permitido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. O saldo da referida rubrica é realizado com base nas depreciações e baixas dos respectivos bens avaliados, sendo transferida para o patrimônio líquido.

19. Receitas com contribuição social

Descrição	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Contribuição Social Ordinária – CSO (a)	8.426	7.362
Contribuição Social do Nacional - CSN (b)	575	379
Total da receita líquida	9.001	7.741



a. Contribuição Social Ordinária (CSO)

Nesta conta são registradas as contribuições sociais ordinárias, conforme distribuição definida pelo SEBRAE Nacional, com base na arrecadação do ano anterior acrescida da expectativa de aumento previsto para o exercício atual.

b. Contribuição Social Nacional (CSN)

Recursos transferidos pelo SEBRAE/NA para os SEBRAE/UF para execução de: chamadas públicas de projetos, projetos especiais, projetos estruturantes e ressarcimentos de despesas com destinação específica do orçamento do SEBRAE/UF (IN.37.21)

20. Receitas de empresas beneficiadas

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da prestação de serviços a terceiros, como treinamento, elaboração de projetos, consultoria, palestras, entre outros, conforme demonstrado:

Descrição	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Treinamentos	23	53
Consultoria	163	45
Feiras	11	82
Palestras	-	-
EMPRETEC	-	7
Outras	1	2
Total	198	189

As receitas de empresas beneficiadas são oriundas das vendas de serviços por parte do SEBRAE/RO que estão alocadas no orçamento anual da instituição com valores e metas a serem alcançadas.

21. Receitas de convênios, subvenções e auxílios financeiros.

Nessa rubrica são registradas as receitas oriundas da utilização dos recursos recebidos de convênios firmados com o SEBRAE/NA e outras entidades, referente à execução de projetos pelo SEBRAE/UF.

Descrição	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Convênio Prefeitura Colorado do Oeste	3	-
Convênio Miraella Mais Leite	28	29
Convênio Promove Varejo	-	2
Convênio Semana Empreendedorismo	-	7
Convênio Seminário Rural	-	76
Convênio Projeto Café - SUDER	-	-
Convênio Café - SEAGRI	15	-
Total	46	114



22. Outras receitas operacionais

Descrição	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Recuperação e restituições	36	26
Alugueis	-	-
Reversão da Remuneração Variável	93	-
Venda de Imobilizado	-	-
Reversão de provisões	-	-
Receitas de Exercícios Anteriores	-	138
Outras	1	2
Total	130	166

23. Despesas com pessoal, encargos e benefícios sociais.

Nesta rubrica são registradas as despesas com salários, rescisões, horas extras, adicionais e outros proventos, bem como encargos e benefícios relacionados à folha de pagamento.

Descrição	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Salário e Proventos	(1.991)	(2.434)
13º. Salário	(171)	(201)
Férias	(224)	(162)
Outros gastos com pessoal	(103)	(136)
Encargos Sociais	(683)	(808)
Benefícios Sociais	(711)	(787)
Total	(3.883)	(4.528)

A redução está ligada ao Programa de Desligamento Incentivado – PDI. Aderiram ao programa sete empregados e todos se desligaram no terceiro trimestre de 2017.

24. Despesas com serviços profissionais e contratados

Nesta rubrica são registradas as despesas de serviços de terceiros (Pessoa Jurídica e Física) que compreendem a contratação de consultoria, instrutores e serviços técnicos especializados diversos para atender os projetos coletivos e individuais, apresentando variações normais de acordo com a demanda dos projetos. São considerados na rubrica os serviços de manutenção, segurança e limpeza e os encargos sociais s/ serviços prestados.



Descrição	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Instrutoria e Consultoria	(964)	(828)
Serviços Técnicos e Especializados	(432)	(147)
Manutenção, Segurança e Limpeza	(351)	(298)
Demais Serviços contratados	(460)	(324)
Encargos Sociais s/ serv. terceiros	(2)	(7)
Total	(2.209)	(1.604)

O aumento refere-se principalmente as despesas Instrutoria e Consultoria, com destaque para as despesas com consultoria para atender o Programa Sebraetec no montante de R\$ 324 mil, Convênio Miraella Mais Leite no montante de R\$ 84 mil, com objetivo de capacitar produtores rurais fornecedores do conveniado, e o Convênio Cafeicultura da SUDER no montante de R\$ 155 mil visando o desenvolvimento da cafeicultura rondoniense com foco na melhoria da qualidade, produtividade para elevação da margem de ganhos na comercialização e a sustentabilidade dos empreendimentos rurais.

25. Custos e Despesas de operacionalização.

Nesse grupo são registrados todos os gastos com aluguéis de equipamentos, veículos, imóveis, publicidade, espaços para feiras, serviços gráficos, materiais de consumo, passagens e transportes, diárias e hospedagem, referente aos diversos projetos da Entidade.

Descrição	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Despesa de Viagem	(330)	(332)
Passagens e Transporte	(188)	(180)
Aluguéis e Encargos	(176)	(215)
Divulgação, Anúncios, Publicidade e Propaganda	(179)	(123)
Serviços Gráficos e de Reprodução	(64)	(198)
Serviço de Comunicação em Geral	(165)	(158)
Materiais de Consumo	(79)	(114)
Demais custo e despesas Gerais	(175)	(196)
Total	(1.356)	(1.516)

26. Encargos diversos

Nesse grupo são registrados os gastos com impostos sobre aplicações financeiras, PIS-folha e taxas diversas.

Descrição	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Impostos e Contribuições (i)	(30)	(37)
Taxas	(6)	(5)
Total	(36)	(42)



(i) A redução refere-se à imunidade do imposto de renda por ser uma instituição sem fins lucrativos que presta serviços para os quais foi instituída (Lei nº 9.532/97, art. 15).

27. Despesas com provisões

Nesse grupo são registradas as despesas com provisões constituídas no período (exercício).

Descrição	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Provisão Para Riscos Fiscais e outras	(140)	(4)
Provisão para perdas diversas		
Total	(140)	(4)

O aumento refere-se a processos novos ao longo do ano de 2017 e os antigos se mantiveram em suas classificações.

28. Resultado Financeiro Líquido

Nesse grupo são registrados os rendimentos financeiros e as despesas financeiras, bem como as variações montarias ativas e passivas, decorrentes dos fundos de investimentos e aplicações que tem o objetivo de resguardá-lo da desvalorização monetária por conta da inflação.

Descrição	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Rendimentos Financeiros	304	573
(-) Despesas financeiras	(7)	(6)
Total	297	567

A redução refere-se principalmente aos resgates da aplicação para os aportes nos convênios com a SUDER e SEAGRI durante o ano de 2017.

29. Benefícios a empregados (plano de previdência privada)

29.1 Descrição geral das características do plano

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10, o plano SEBRAEPREV possui benefícios de risco que podem gerar ganhos ou perdas atuariais. O plano possui as seguintes características:

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano SEBRAEPREV são:

- Aposentadoria normal.
- Aposentadoria antecipada.
- Aposentadoria por invalidez.
- Pensão por morte.
- Institutos de auto patrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.



Os benefícios de risco assegurados pelo plano SEBRAEPREV aos seus participantes são:

- Projeção de contribuição em caso de invalidez.
- Projeção de contribuição em caso de morte.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão.
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões.
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.

Para se calcular os valores envolvidos o SEBRAE Nacional contrata anualmente, por ocasião do encerramento do exercício social, empresa especializada para cálculo de possíveis obrigações atuariais a serem contabilizadas em suas demonstrações financeiras. O balanço patrimonial é resumido conforme a seguir:

O total de contribuições reconhecidas como despesas nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2018 monta a R\$ 77, conforme demonstrado a seguir:

Contribuições	31/03/2018	31/03/2017
Participantes	92	126
Básica	74	99
Serviços passados	1	7
Voluntárias	17	20
Patrocinador	77	89
Básica	74	86
Benefícios de risco	3	3
Total	169	215

30. Instrumentos Financeiros

Da mesma forma que em todos os outros negócios, a Entidade poderá estar exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

A Entidade poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- * Risco de crédito;
- * Risco de liquidez e
- * Risco de mercado (taxa de juros).



Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- * Caixa e equivalentes de caixa (inclui: caixa, contas bancárias e aplicações em fundos de investimento).
- * Contas a receber.
- * Contas bancárias e aplicações vinculadas a programas especiais.
- * Contas a pagar a fornecedores e outras.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge preponderantemente das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados pelo Banco do Brasil S.A. ou Caixa Econômica Federal (*).

A Entidade não contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de crédito.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	01/01/2018 a 31/03/2018	01/01/2017 a 31/03/2017
Caixa e equivalentes de caixa	4	25	17
Aplicações financeiras temporárias	4	6.115	2.338
Créditos a receber	5	288	452
Numerários vinculados a projetos e convênios	6	959	980
Adiantamentos concedidos e outros créditos	7	296	220
Convênios a executar	8	9	9
Créditos com o sistema SEBRAE	9	2.460	5.609
Crédito com o sistema SEBRAE não circulante		-	-

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou



com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Passivos financeiros	Valor em 31/03/2018	Até 6 meses	1 ano	Mais de 1 ano
Remunerações e Encargos	-	-	-	-
Obrigações tributárias	155	155		
Obrigações com convênios e contratos	374	-	374	-
Contas a pagar	232	232		-
Obrigações trabalhistas	1.678	1.678	-	-
Obrigações com o Sistema SEBRAE	235	235	-	-


Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não há inadimplência de pagamento de obrigações pela Entidade.

Risco de mercado (taxa de juros)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, relevantemente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Conforme comentado na Nota Explicativa nº 04, as aplicações por meio dos fundos de investimento são relevantemente efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

Adicionalmente, para a gestão dos investimentos financeiros, o Sistema SEBRAE por meio do SEBRAE Nacional possui contrato de prestação de serviços com consultoria técnica externa que, efetua acompanhamento periódico do comportamento dos títulos e valores mobiliários constantes nas carteiras dos fundos de investimentos, bem como da rentabilidade auferida mensalmente em comparação com os principais indicadores financeiros de mercado.

A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.


Roseane Camurça da Silva
CRC/RO – 5386/O-8

DIRETORES
Valdemar Camata Junior
Carlos Berti Niemeyer
Samuel da Silva Almeida